

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 532884 - PE
(2014/0143782-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
**EMBARGANTE : COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS
COPERGÁS**
**ADVOGADOS : ROSANA MOUSINHO WANDERLEY CAMPOS E
OUTRO(S) - PE014730
TULIO FREDERICO TENÓRIO VILAÇA
RODRIGUES - PE017087
CAMILA ALMEIDA DE GODOY - PE026716
POLIANA MARIA CARMO ALVES E OUTRO(S) -
PE033039**
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
**ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA
NACIONAL**

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015.

1. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.
2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Gurgel de Faria (Presidente). Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator